



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 264/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 1562/2014 – 37 volumes.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas – IPAAM.

4- Exercício: 2013.

5- Responsável: Sr. Antônio Ademir Stroski, Presidente do IPAAM, à época.

6- Unidade Técnica: Informação Conclusiva – Informação nº 18/2015 (fls. 7237/7254).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 544/2015-MP-ACP, do Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas (fls. 7255/7259).

8- Relator: Conselheiro Julio Cabral.

EMENTA: Prestação de Contas. Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas – IPAAM. Exercício 2013.

Contas Irregulares. Multa. Prazo. Autorização de Cobrança Executiva. Envio de cópia do Acórdão à DICREÁ. Determinação à origem e à próxima Comissão de Inspeção.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c os arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante deste Acórdão, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- Julgar irregular a Prestação de Contas do **Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas - IPAAM**, relativa ao exercício financeiro de 2013, Gestão do Senhor **Antônio Ademir Stroski**, Presidente e Ordenador de Despesas, à época, por grave infração à norma legal nos termos do artigo 1º, incisos II e IX, c/c o artigo 22, inciso III, alíneas “b” e “c”, da Lei nº 2.423/96, artigo 5º, inciso II, c/c o artigo 188, inciso II, § 1º, inciso III, alíneas “b” e “c” da Resolução nº 04/2002;

9.2- Aplicar multa no valor **R\$ 13.152,38** (treze mil, cento e cinquenta e dois reais e trinta e oito centavos), ao Senhor **Antônio Ademir Stroski**, Presidente e Ordenador de Despesas do Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas - IPAAM, à época, por ato praticado com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentaria, operacional e patrimonial em conformidade com o artigo 2º, inciso VI, da Resolução 25/2012-TCE/AM, pelo conjunto da obra, tendo em vista a impropriedade descrita nos subitens 9.1, 9.2, 9.3, do Relatório/Voto (Restrições 01, 03, 07, Relatório Conclusivo nº 08/2014 – DICA/AM), subitens 11.1 11.2, 11.3, 11.4, 11.5, 11.6, 11.7, do Relatório/Voto (Restrição “c”, “j”, “l”, “m”, “o”, “p” e “b repetido” da



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 264/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

Diligência Ministerial, contidas na informação conclusiva nº 18/2015 – DICA/AMI, fls. 7237/7254);

9.3- Fixar prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação, para que o responsável recolha o valor da multa acima aplicada aos cofres da Fazenda Pública Estadual, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do artigo 174, caput, da Resolução 04/2002 – TCE/AM;

9.4- Autorizar imediata Cobrança Executiva, nos moldes do art. 173 da Subseção III e da Seção III, do Capítulo X, da Resolução 04/2002 – TCE/AM, caso o responsável não recolha os valores referente às multas aplicadas por esta Corte de Contas e ainda a INSCRIÇÃO NA DÍVIDA ATIVA, caso persistam os débitos;

9.5- Enviar cópia deste Acórdão à Diretoria de Controle Externo da Arrecadação, Subvenções e Renúncias de Receitas – DICREA, devido a expressividade das receitas próprias do IPAAM, para que aquela especializada verifique a viabilidade de realizar auditoria específica na referida instituição;

9.6- Determinar a Origem:

- Que realize a implantação do Setor de Controle Interno, nos termos do artigo 45, da Constituição Estadual, artigos 76 a 78, da lei 4.320/64 e comunique a esta Corte de Contas;
- A criação de um local específico na página do Instituto na internet para a divulgação de todas as compras realizadas, bem como atenda integralmente as exigências das Leis de Transparência (LC 131/2009) e de Acesso à informação (Lei 12.527/2011);
- Que nas contratações futuras, realize planejamento prévio, que possa proporcionar um competitividade através dos procedimentos licitatórios, evitando a utilização constante de dispensa de licitação conforme previsto no artigo 24, inciso IV, da Lei 8.666/93;
- Promova a automatização do procedimento de controle dos bens por meio do livro de Tombo;
- Que providencie a realização de concurso público;
- O eventual descumprimento das recomendações sugeridas no Relatório/Voto ensejará em Irregularidade de Prestação de Contas futuras, nos termos do artigo 22, § 1º, da Lei 2.423/93 – TCE/AM;

9.7 - Determinar que a próxima Comissão de Inspeção verifique se foram cumpridas as determinações e/ou recomendações desta corte.

10- Ata: 10ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 30 de março de 2016.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,
Edição nº _____
De ____/____/____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

ACÓRDÃO Nº 264/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

JULIO CABRAL
Conselheiro-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral